

18. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FATURA RELATIVA AO PAGAMENTO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – JOÃO MANUEL FERNANDES DE MACEDO PINTO:

Da **Divisão Financeira** submetendo processo relativo ao pedido de anulação de fatura do pagamento da taxa de ocupação de espaço público em nome de João Manuel Fernandes de Macedo Pinto.



BRAGA
Município

DMGAP - DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

I – 16633/2019

| Despacho | Despacho |
|--|---|
| <p><i>União.</i></p> <p>O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva Miguel Antunes Guimarães</p> | <p><i>Comb. A no do</i> <i>190626</i> <i>Então.</i></p> |
| <p>Despacho</p> <p><i>Comb. A no do h. 0168P, M. Miguel</i> <i>2019/05/30</i></p> | |
| | <p>Data</p> <p>30-05-2019</p> |

Assunto: Pedido de anulação de fatura.

O Sr. João Manuel Fernandes de Macedo Pinto, pela exposição registada nesta Edilidade sob o número E/7655/2019 solicita a anulação da fatura n.º 011/86/2019, que lhe foi emitida no seguimento do pedido de ocupação de espaço de domínio público que realizou através do requerimento registado sob o n.º E/61910/2018.

Alega, para fundamentar o pedido de anulação, que o serviço faturado não lhe foi prestado.

Compulsado o processo E/61910/2018 constata-se:

- O requerido deu entrada nos serviços a 19/11/2018;
- A ocupação pretendida era para levar a efeito no dia 24/11/2018, entre as 9h e às 12h30min;
- O pedido obteve despacho favorável do Vereador do pelouro da Gestão e Conservação do Espaço Público, Dr. João Rodrigues, a 03/01/2019;
- O processo deu entrada na divisão financeira a 17/01/2019 para determinação e cobrança da taxa devida pela ocupação do espaço público requerida;
- A taxa devida, 85,80EUR, foi liquidada no dia 21/01/2019 pela fatura n.º 011/86/2019;
- O requerente foi notificado a 25/01/2019 para proceder ao pagamento da taxa devida pela ocupação (ofício n.º 1590, remetido a 21/01/2019).



Considerando o exposto e atendendo que:

- Quando se verificou o despacho do Sr. Vereador o procedimento já era inútil para o fim proposto;
- Desconhecemos se o requerente efetuou a ocupação.

Salvo melhor opinião, propõe-se superiormente, que

- O requerente seja desobrigado de pagar a fatura em causa;
- Seja autorizado a emissão de uma nota de crédito para proceder assim à regularização/ anulação da fatura em causa.

À consideração superior,

João Cardoso

*Com a minha concordância,
"A consideração superior".
Demanda,*